



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

A INSERÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE RENDA COMO POLITICAS PUBLICAS DA ASSISTENCIA SOCIAL

DIRCEU DINIZ BEMFICA JUNIOR¹

MARICEL AUER²

RESUMO

Este estudo analisou as políticas públicas do modelo econômico, que defende a redução do papel do Estado e a ampliação da influência do mercado, tem impactos diretos sobre as políticas sociais e a proteção social. Com a promessa de eficiência e crescimento econômico, o neoliberalismo frequentemente resulta na diminuição dos gastos públicos e na desresponsabilização do Estado em relação às questões sociais. A inserção da qualificação profissional e da geração de renda como políticas públicas dentro da assistência social representa um aspecto crucial para a promoção da inclusão social e econômica em contextos de vulnerabilidade. A qualificação profissional, embora fundamental para a geração de renda e para a promoção da inclusão social, muitas vezes se vê comprometida pela falta de continuidade e de suporte adequado. Programas como o Pronatec foram desenhados para oferecer oportunidades de capacitação, mas frequentemente enfrentam desafios relacionados à sua execução, como a insuficiência de recursos e a falta de articulação com o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Políticas Publicas. Geração de Renda. Assistência Social.

ABSTRACT

The economic model, which defends the reduction of the role of the State and the expansion of the influence of the market, has direct impacts on social policies and social protection. With the promise of efficiency and economic growth, neoliberalism often results in the reduction of public spending and the lack of responsibility of the State in relation to social issues. The insertion of professional qualification and income generation as public policies within social assistance represents a crucial aspect for the

¹ Prefeitura Municipal de Guaratuba

² Prefeitura Municipal de Guaratuba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

promotion of social and economic inclusion in contexts of vulnerability. Professional qualification, although fundamental for income generation and the promotion of social inclusion, is often compromised by the lack of continuity and adequate support. Programs such as Pronatec were designed to offer training opportunities, but they often face challenges related to their execution, such as insufficient resources and lack of articulation with the labor market

Keywords: Políticas Públicas. Public Policies. Income Generation. Social assistance.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza persistente nas sociedades contemporâneas revela um problema estrutural que é exacerbado pelo neoliberalismo. Este modelo econômico, que defende a redução do papel do Estado e a ampliação da influência do mercado, tem impactos diretos sobre as políticas sociais e a proteção social. Com a promessa de eficiência e crescimento econômico, o neoliberalismo frequentemente resulta na diminuição dos gastos públicos e na desresponsabilização do Estado em relação às questões sociais. Essa abordagem, em vez de mitigar a pobreza, pode intensificar as desigualdades e a exclusão social, criando uma disparidade crescente entre os que têm e os que não têm recursos.

No contexto neoliberal, as políticas sociais enfrentam desafios significativo e nesse modelo propõe uma reestruturação da proteção social que privilegia a eficiência econômica sobre a equidade social. Com a redução do papel do Estado, as políticas sociais tendem a se fragmentar e a depender mais do mercado e da sociedade civil para fornecer serviços essenciais. Essa mudança pode enfraquecer a capacidade dos sistemas de bem-estar social de oferecer uma proteção abrangente e equitativa, refletindo uma abordagem que prioriza a austeridade e a contenção de custos em detrimento da cobertura universal e do suporte robusto para os mais vulneráveis.

No entanto, o modelo neoliberal introduziu uma nova lógica que enfraquece a intervenção estatal direta e promove a privatização e a responsabilidade individual. A ênfase na parceria entre Estado, mercado e sociedade civil resulta em uma abordagem fragmentada, onde as políticas sociais podem se tornar menos coesas e menos capazes de enfrentar de forma eficaz as necessidades das populações vulneráveis. Essa transformação pode levar a uma situação em que

as soluções para a pobreza e a desigualdade são insuficientes e inadequadas, exacerbando, em vez de resolver, os problemas estruturais.

A inserção da qualificação profissional e da geração de renda como políticas públicas dentro da assistência social representa um aspecto crucial para a promoção da inclusão social e econômica em contextos de vulnerabilidade. A crescente complexidade das necessidades sociais, aliada à persistência de altos índices de desigualdade e desemprego, evidencia a importância de políticas que não apenas ofereçam suporte imediato, mas também preparem os indivíduos para a autossuficiência a longo prazo.

A justificativa do estudo está na inserção da qualificação profissional como um pilar das políticas públicas de assistência social podendo promover a capacitação de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo deste estudo é analisar como as políticas públicas voltadas para a qualificação profissional podem criar oportunidades de geração de renda em contraste com a eficácia das práticas neoliberais predominantes no Brasil nos últimos anos. A investigação buscará compreender a capacidade dessas políticas de qualificação em promover autonomia econômica e inclusão social, e como elas podem se adaptar e superar os desafios impostos pelo modelo neoliberal que prioriza a redução de gastos públicos e a minimização do papel do Estado na proteção social.

Diante do exposto, como a qualificação profissional pode influenciar na geração de renda moldadas por políticas públicas de Assistência Social?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A imposição do Capitalismo

Desde o surgimento do capitalismo, o mundo do trabalho tem passado por mudanças profundas e contínuas, o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações nos processos produtivos alteraram significativamente as condições de trabalho e a vida dos trabalhadores. Segundo Marx (2013), o processo de produção não é apenas uma atividade econômica, mas também um processo de reprodução social. Isso significa que a forma como os bens são produzidos está intrinsecamente ligada à manutenção e reprodução das condições de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vida da força de trabalho. Essas mudanças têm implicações diretas para a estrutura social e econômica, refletindo-se na organização do trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores.

Harvey (2010), descreve uma reestruturação radical do mundo do trabalho, dividindo-o entre o "centro" e a "periferia". No "centro", encontram-se trabalhadores com empregos estáveis e de longo prazo, oferecendo segurança e benefícios, como pensões e seguros. Esses trabalhadores têm maior flexibilidade e mobilidade geográfica. Em contraste, a "periferia" é composta por trabalhadores com menor segurança e maior instabilidade. O autor, identifica dois subgrupos na periferia: aqueles com empregos rotineiros e manuais e aqueles com contratos temporários e flexíveis, como subcontratados e freelancers, que enfrentam alta rotatividade e baixa proteção social. Esse panorama destaca a crescente desigualdade e a precarização no mercado de trabalho.

Antunes (2020), aborda a temática da "uberização" e a plataformização como exemplos contemporâneos de como o trabalho tem se tornado mais flexível e precário. Esses modelos de trabalho, baseados em plataformas digitais, envolvem trabalhadores que são remunerados por tarefa e não têm garantias de remuneração por tempo de espera. Segundo Antunes (2020), essa nova forma de organização do trabalho combina terceirização, informalidade e flexibilidade, resultando na ampliação da exploração do trabalho. Esses trabalhadores enfrentam uma precarização crescente, com menos direitos e proteção, evidenciando a erosão das relações tradicionais de trabalho assalariado.

De acordo com Sposati (2007) a Política de Assistência Social (PAS) no Brasil, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, é um direito do cidadão e um dever do Estado. Ela se integra ao tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social. Diferente das políticas voltadas para a seguridade social contributiva, a PAS oferece proteção social não contributiva, destinada a todos os que necessitam. O objetivo da PAS é garantir direitos sociais e promover a inclusão e proteção dos cidadãos, independentemente de sua condição econômica (Sposati, 2007).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza a oferta de serviços e benefícios da PAS. Criado para estruturar e coordenar a assistência social no Brasil, o SUAS é composto por uma rede de serviços e programas destinados a promover a inclusão social e econômica dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social de 2004, a inclusão produtiva e o enfrentamento da pobreza são componentes essenciais

da proteção social básica, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada para a promoção do bem-estar social.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelecida pela Lei nº 8.742 de 1993, define os parâmetros para a execução das políticas de assistência social no Brasil. A LOAS destaca a importância de projetos que enfrentem a pobreza através de investimentos econômico-sociais, visando melhorar as condições de vida dos grupos populares. Ela estabelece que a assistência social deve promover a capacidade produtiva e de gestão das famílias em situação de vulnerabilidade, alinhando-se ao princípio de proteção social não contributiva (Brasil, 1993).

Os projetos de inclusão produtiva são uma resposta às mudanças no mundo do trabalho, buscando proporcionar aos usuários da assistência social oportunidades de emprego e geração de renda. A inclusão produtiva não se limita à transferência de recursos financeiros, mas busca promover a formação profissional e apoiar iniciativas de economia solidária. No entanto, a efetividade dessas ações depende da capacidade de adaptação às novas condições do mercado de trabalho e da criação de políticas que respondam às necessidades reais dos trabalhadores (Sposati, 2007).

O Programa ACESSUAS TRABALHO, criado no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, é um exemplo de como a Assistência Social pode promover a integração dos usuários ao mercado de trabalho. De acordo com a Resolução CNAS nº 33/2011, a Assistência Social deve ir além da proteção básica e oferecer apoio para a inclusão no mundo do trabalho. As ações incluem sensibilização, mobilização, encaminhamento e acompanhamento, com o objetivo de fortalecer a autonomia e melhorar as condições de vida dos indivíduos (Brasil, 2011).

A inclusão produtiva deve ser alinhada com o cenário atual do mercado de trabalho, caracterizado por uma crescente informalidade e precarização. As ações de qualificação socioprofissional e apoio à economia solidária são estratégias para enfrentar esses desafios e oferecer alternativas viáveis para a geração de renda. No entanto, é essencial que essas políticas estejam integradas a outras iniciativas governamentais e sociais para garantir uma abordagem holística e eficaz no combate à pobreza e promoção da inclusão social (Harvey, 2010).

A transformação do mundo do trabalho e a resposta da PAS refletem um esforço contínuo para adaptar as políticas sociais às novas realidades econômicas e laborais. A análise de Marx, Harvey e Antunes revela a complexidade e a dinâmica das mudanças no mercado de trabalho, enquanto as políticas de assistência social buscam responder a essas transformações através de

programas de inclusão produtiva e proteção social. Para garantir a eficácia dessas políticas, é crucial que elas sejam adaptativas e respondam às necessidades emergentes dos trabalhadores, promovendo a inclusão e a proteção social de forma abrangente e integrada.

2.2 As Políticas Públicas

Segundo Oliveira (2017), as políticas ativas e passivas de emprego visam a redução das taxas de desemprego e informalidade, bem como a provisão de renda à classe trabalhadora, com o objetivo de eliminar a pobreza e garantir condições de subsistência, seja por meio do trabalho ou de benefícios monetários enquanto o indivíduo está fora do mercado de trabalho. Até a década de 1970, essas políticas eram comuns nos países centrais, que se beneficiavam de um crescimento econômico robusto e baixas taxas de desemprego, impulsionadas pelo modelo econômico keynesiano. No Brasil, no entanto, a implementação dessas políticas começou a ocorrer somente na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa diferença temporal reflete a evolução tardia da industrialização brasileira em comparação com os países centrais, que haviam desenvolvido suas economias industriais há muito tempo.

A industrialização brasileira teve um impulso concreto na década de 1930, enquanto países como a Inglaterra já haviam iniciado o desenvolvimento industrial há séculos. As particularidades econômicas, sociais e políticas do Brasil moldaram a trajetória das políticas públicas no país, que se caracterizam por uma série de diferenças em relação às observadas nos países centrais (Oliveira, 2017). Durante a crise estrutural do capitalismo na década de 1970, houve uma reestruturação do trabalho, com a flexibilização das condições contratuais e a introdução de novas tecnologias. Essas mudanças visavam recuperar as taxas de lucro dos capitalistas, insatisfeitos com as políticas sociais de bem-estar adotadas em alguns países, seguindo as diretrizes de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial (Oliveira, 2017).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foram introduzidos vários programas de emprego e renda, como o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Estes programas visavam criar uma rede de proteção e promover a inserção no mercado de trabalho por meio da flexibilização da legislação trabalhista e da introdução de contratos trabalhistas atípicos (Oliveira, 2017).

Oliveira (2017), aponta que nos governos subsequentes, sob Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, continuaram a expandir e diversificar as políticas de emprego e renda. Programas como o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e o Pronatec foram criados para promover a qualificação e o acesso ao emprego, especialmente para jovens e trabalhadores. Esses programas continuaram a focar na qualificação e no incentivo ao empreendedorismo, com um enfoque específico em jovens e setores da economia que precisavam de mais suporte (Oliveira, 2017).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, foi introduzido o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, destinado a criar empregos para jovens, oferecendo isenções de encargos trabalhistas para os empregadores. Embora parecesse uma inovação, essa política seguiu a mesma lógica de flexibilização e redução de custos para os empregadores, sem abordar as causas estruturais do desemprego. As elevadas taxas de desemprego entre os jovens evidenciam a necessidade de políticas mais eficazes (Oliveira, 2017).

Com a crescente digitalização da economia, surgiram programas voltados para a qualificação para a Indústria 4.0, como o Programa de Aprendizagem 4.0 e a plataforma Contrate-me. Essas iniciativas tinham como objetivo preparar a mão de obra jovem para as novas demandas do mercado, combinando educação a distância e presencial, e promovendo a capacitação em habilidades digitais e socioemocionais (Oliveira, 2017).

Para impulsionar o setor de turismo, gravemente afetado pela pandemia, foram criados o Programa Investe Turismo e o Retomada do Turismo. Essas políticas visavam promover o desenvolvimento de rotas turísticas e apoiar micro e pequenas empresas do setor, refletindo uma tentativa de diversificação econômica e recuperação de um setor crítico para o emprego (Ministério do Turismo, 2019; Ministério do Turismo, 2023).

De acordo com os Ministérios do Desenvolvimento Social (2022), e Ministério do Trabalho (2022), programas como o Auxílio Brasil e o Serviço Civil Voluntário foram estabelecidos para combater a pobreza e promover a inclusão social. O Auxílio Brasil substituiu o Bolsa Família, com o objetivo de fornecer uma renda básica para famílias em situação de extrema pobreza, enquanto o Serviço Civil Voluntário criou empregos temporários com remuneração proporcional (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2022; Ministério do Trabalho e Previdência, 2022).

O Programa Serviço Civil Voluntário, instituído em fevereiro de 2022, visava criar vagas de meio período com remuneração proporcional ao salário mínimo para jovens e adultos mais velhos.

Além da bolsa remunerada, o programa incluía a garantia de um curso de qualificação para os participantes no próximo período (Ministério do Trabalho e Previdência, 2022).

2.3 Perspectivas das Políticas de Geração de Valor

Segundo Behring (2019), após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, o Brasil passou a adotar uma agenda neoliberal mais rigorosa. Esse período foi marcado pelo crescimento do ultraneoliberalismo e do ultraconservadorismo, além de um ajuste fiscal que se tornou permanente. Essas mudanças tiveram um impacto severo nas condições de vida da população e enfraqueceram ainda mais o sistema de proteção social brasileiro.

Mas para Behring (2018), a Emenda Constitucional n. 95, aprovada em 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal da União, que congelou os gastos públicos primários, incluindo os destinados às políticas sociais, por 20 anos. Essa medida impôs um teto para os gastos discricionários, o que impediu o aumento de recursos para áreas essenciais como saúde e assistência social.

De acordo com Paiva et al. (2016), projetaram que, até 2036, a Política de Assistência Social poderia perder 54% de seus recursos devido à PEC 95. A redução de recursos afetou profundamente os programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), tornando esses programas insustentáveis.

O Governo do Brasil, reportou uma redução drástica de 99% dos recursos destinados à Política de Assistência Social na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018. Essa diminuição reflete um cenário de cortes significativos que prejudicaram a execução e a continuidade dos serviços de assistência social (Brasil, 2018).

A confederação Nacional dos Municípios destaca que a Portaria n. 2.362/2019, elaborada pelo Ministério da Cidadania, foi particularmente prejudicial ao Suas. A medida dificultou a manutenção dos serviços em muitos municípios, especialmente aqueles com menor capacidade orçamentária, e deixou dívidas anteriores sem pagamento CNM (2018).

FAO et al. (2023) relatam que a pandemia de COVID-19 exacerbou a situação de vulnerabilidade social no Brasil. O país voltou ao Mapa da Fome da ONU, e o governo federal não aumentou proporcionalmente os recursos para enfrentar as novas demandas, resultando em uma contínua redução do orçamento da assistência social.

Segundo Silva (2023), aponta que as despesas com juros e encargos da dívida pública cresceram muito mais do que o orçamento destinado à seguridade social. Esse aumento

demonstrou um padrão fiscal conservador e regressivo, que agravou a desigualdade e a concentração de renda no país.

Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2021- 2022) revelou que a redução dos recursos impactou negativamente a execução dos serviços socioassistenciais. A Proteção Social Básica e Especial sofreu cortes significativos, comprometendo a capacidade do Suas de atender a população vulnerável.

Segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais ANFIP (2022, mesmo com o agravamento da crise da COVID-19, o governo federal não aumentou proporcionalmente os recursos para enfrentar a situação. Isso resultou em uma resposta inadequada ao aumento da pobreza e das necessidades sociais.

Behring (2019), Paiva et al. (2016) e FAO et al. (2023), mostram que as reformas fiscais e políticas neoliberais após 2016 resultaram em um cenário desafiador para as políticas sociais no Brasil. O congelamento dos gastos públicos e as medidas de austeridade causaram um enfraquecimento do sistema de proteção social, intensificando a desigualdade e a pobreza.

Para Azevedo (2024), a forma como a dívida pública no Brasil tem transformado o Estado em um operador do capital financeiro em detrimento das demandas sociais, resultando em uma drenagem sistemática de recursos que enfraquece as políticas sociais. A superexploração, com a redução salarial e a diminuição das políticas sociais, tem levado ao rebaixamento dos direitos sociais e à substituição desses direitos por medidas compensatórias, como transferências monetárias, em vez de serviços sociais essenciais. Segundo o autor, diante da atual conjuntura neoliberal e os ajustes fiscais têm desafiado a consolidação de políticas públicas voltadas para a proteção social, prejudicando a manutenção e expansão dos direitos conquistados e relegando grande parte da população a uma condição de autossuficiência inatingível.

3. METODOLOGIA

O método do estudo utilizou uma revisão bibliográfica como forma de coletar estudos e documentos que pudessem oferecer uma ótica de como as políticas sociais podem ser intensificadas e melhoradas como o foco na geração de valor por meio da qualificação profissional do indivíduo em situação de vulnerabilidade social.

A coleta foi feita em plataformas digitais como Google Scholar e Scielo, como forma de delimitar um meio em comum para essa pesquisa, neste sentido, por meio da internet, entre os anos de 1990 até 2024.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pobreza, uma manifestação tangível das desigualdades estruturais, continua a ser um dos maiores desafios para a política social no Brasil. As políticas públicas voltadas para a qualificação profissional e geração de renda emergem como ferramentas essenciais para mitigar essa questão, especialmente em um cenário de crescente desigualdade e precarização do trabalho. A visão crítica de Marx (2013) nos lembra que o processo de produção está indissociavelmente ligado à reprodução social. A transformação contínua das condições de trabalho não apenas altera a produção econômica, mas também a qualidade de vida dos trabalhadores. Portanto, a inserção da qualificação profissional como uma política pública é uma tentativa de reverter ou pelo menos atenuar esses impactos adversos, oferecendo aos indivíduos oportunidades para melhorar sua situação econômica e social.

Harvey (2010) apresenta uma análise do mercado de trabalho dividido entre o “centro” e a “periferia”, onde o “centro” desfruta de estabilidade e benefícios, enquanto a “periferia” lida com insegurança e precariedade. Essa dicotomia reflete a necessidade urgente de políticas que abordem as disparidades no mercado de trabalho. As políticas de qualificação profissional visam especificamente atender aos trabalhadores da periferia, oferecendo capacitação e oportunidades que podem levar a empregos mais estáveis e bem remunerados. Entretanto, para que essas políticas sejam efetivas, é necessário que sejam adaptadas às realidades complexas e dinâmicas do mercado de trabalho, especialmente àquelas impostas pela flexibilidade e precarização crescente.

Já Antunes (2020), aponta para uma forma de “uberização” como forma contemporânea de precarização do trabalho tendo nesses novos modelos de trabalho exemplificam a erosão das relações laborais tradicionais e a necessidade de respostas políticas eficazes. As políticas públicas de qualificação profissional devem levar em conta essas mudanças e oferecer soluções que considerem as particularidades dos novos formatos de trabalho, como a remuneração por tarefa e a falta de garantias laborais. Nesse contexto, a capacitação deve ir além da formação

técnica e incluir habilidades para o trabalho autônomo e flexível, o que é crucial para a inclusão desses trabalhadores no mercado.

Sposati (2007) destaca a Política de Assistência Social (PAS) como um direito do cidadão e um dever do Estado, integrando-se ao tripé da seguridade social. A PAS visa a proteção e inclusão dos cidadãos em situação de vulnerabilidade. A qualificação profissional, como parte dessa política, é uma resposta direta à necessidade de promover a inclusão econômica e a autonomia dos indivíduos. No entanto, para que a PAS alcance seus objetivos, é fundamental que as políticas de qualificação sejam não apenas acessíveis, mas também eficazes em gerar reais oportunidades de emprego e renda para os beneficiários.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza a oferta de serviços e benefícios da PAS, incluindo a promoção da inclusão produtiva. A Política Nacional de Assistência Social de 2004 estabelece que a inclusão produtiva e o enfrentamento da pobreza são essenciais. A qualificação profissional é um componente chave nesse processo, pois pode ajudar a integrar os indivíduos ao mercado de trabalho formal e reduzir a dependência de transferências monetárias. A eficácia dessas políticas, contudo, depende da capacidade de integrar os serviços de qualificação com outras iniciativas de proteção social e desenvolvimento econômico.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 define parâmetros para a execução das políticas de assistência social e destaca a importância de investimentos econômico-sociais para enfrentar a pobreza. A LOAS prevê que a assistência social deve promover a capacidade produtiva das famílias em vulnerabilidade. Portanto, a qualificação profissional deve estar alinhada com essa visão, promovendo não apenas o desenvolvimento de habilidades, mas também a criação de condições para que os indivíduos possam se inserir efetivamente no mercado de trabalho e contribuir para a redução da pobreza.

Os projetos de inclusão produtiva buscam proporcionar oportunidades de emprego e renda para os beneficiários da assistência social. A inclusão produtiva vai além da transferência de recursos financeiros, abordando também a formação profissional e o apoio a iniciativas de economia solidária. Contudo, a efetividade desses projetos depende da capacidade de se adaptar às novas condições do mercado de trabalho, caracterizadas por informalidade e precarização. É necessário que as políticas de qualificação sejam dinâmicas e respondam às necessidades reais dos trabalhadores para serem verdadeiramente eficazes.

O Programa (Acessuas Trabalho), criado no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, é um exemplo de como a Assistência Social pode promover a integração dos usuários ao mercado de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho. As ações de sensibilização, mobilização e acompanhamento visam fortalecer a autonomia dos indivíduos e melhorar suas condições de vida. A análise desse programa revela que a efetividade das políticas de qualificação depende de uma abordagem integrada e de um acompanhamento contínuo dos beneficiários, garantindo que eles realmente se integrem ao mercado de trabalho e superem a vulnerabilidade.

A transformação do mercado de trabalho, caracterizada pela informalidade e precarização, exige que a inclusão produtiva seja alinhada com essas novas realidades. Políticas de qualificação profissional e apoio à economia solidária são estratégias essenciais para enfrentar esses desafios. No entanto, é fundamental que essas políticas sejam parte de um conjunto mais amplo de iniciativas que integrem a proteção social com o desenvolvimento econômico e a criação de empregos sustentáveis.

O impacto das reformas fiscais e políticas neoliberais, conforme evidenciado por Behring (2019) e Paiva et al. (2016), demonstrou um enfraquecimento do sistema de proteção social no Brasil. O congelamento dos gastos públicos e a redução de recursos para a assistência social resultaram em cortes significativos que comprometeram a eficácia das políticas públicas voltadas para a qualificação e inclusão produtiva. Esse cenário revela a necessidade urgente de políticas que não apenas enfrentem a pobreza, mas também resistam aos impactos negativos das políticas neoliberais e promovam a inclusão social de forma abrangente.

A análise crítica de Oliveira (2017) e as medidas recentes, como o Programa Serviço Civil Voluntário e o Auxílio Brasil, indicam uma tentativa de mitigar os efeitos das reformas neoliberais, oferecendo suporte econômico e oportunidades de qualificação. No entanto, a eficácia dessas políticas é limitada pelos recursos escassos e pela necessidade de uma abordagem mais integrada que considere a complexidade das novas formas de trabalho e as exigências do mercado.

Tabela 1. Políticas Sociais 1990 a 2020

Período	Políticas	Objetivo	Características Principais	Impacto/Desafios
Década de 1990	Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor)	Criar uma rede de proteção e promover a inserção no mercado de trabalho.	Implementado pelo governo FHC, focado em programas de qualificação e emprego.	Introduziu políticas de emprego, mas enfrentou desafios na efetividade e alcance.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Década de 1990	Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)	Criar oportunidades de emprego e renda para a população em situação de vulnerabilidade.	Focado em microempresas e projetos produtivos locais.	Limitado em alcance e impacto, com necessidade de melhor adaptação às necessidades locais.
Década de 1990	Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)	Apoiar a agricultura familiar e promover a inclusão produtiva no campo.	Oferece crédito e assistência técnica para pequenos agricultores.	Beneficiou muitos agricultores, mas enfrentou desafios relacionados à burocracia e à escassez de recursos.
Década de 2000	Programa Bolsa Família (PBF)	Transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza.	Bolsa mensal condicionada à frequência escolar e vacinação das crianças.	Foi um dos programas de transferência de renda mais bem-sucedidos em termos de impacto na redução da pobreza.
Década de 2000	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)	Facilitar o acesso ao primeiro emprego para jovens.	Oferece treinamento e estágios para jovens em situação de vulnerabilidade.	Enfrentou limitações em termos de integração no mercado de trabalho e sustentabilidade.
Década de 2010	Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)	Promover a qualificação profissional e técnica para jovens e trabalhadores.	Expansão de vagas em cursos técnicos e profissionalizantes, parceria com instituições de ensino.	Impacto positivo na qualificação, mas desafiado por cortes orçamentários e a necessidade de maior coordenação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Década de 2010	Programa ACESSUAS TRABALHO	Facilitar a inclusão no mercado de trabalho através de capacitação e apoio.	Oferece serviços como sensibilização, mobilização, e acompanhamento para a integração ao mercado de trabalho.	Enfrenta desafios relacionados à efetividade e à integração com outras políticas públicas.
Década de 2020	Auxílio Brasil	Fornecer uma renda básica para famílias em situação de extrema pobreza, substituindo o Bolsa Família.	Transferência de recursos financeiros com critérios de elegibilidade para famílias em situação de extrema pobreza.	Mantém a transferência de renda, mas enfrenta desafios devido à redução de recursos e mudanças nas condições econômicas.
Década de 2020	Serviço Civil Voluntário	Criar empregos temporários e oferecer cursos de qualificação para jovens e adultos.	Proporciona trabalho remunerado proporcional ao salário mínimo e cursos de qualificação.	Desafiado por questões de sustentabilidade e financeira e pela necessidade de adaptação às novas demandas do mercado.

Fonte: Própria Autoria 2024.

A análise de Behring (2019) e FAO et al. (2023) revela que a crise fiscal e as políticas neoliberais têm exacerbado a desigualdade e a pobreza no Brasil. A redução de recursos para a proteção social e a descontinuidade de programas essenciais são indicativos de um modelo que falha em proporcionar uma rede de proteção adequada. A qualificação profissional deve, portanto, ser parte de um esforço mais amplo para revitalizar e fortalecer o sistema de assistência social, adaptando-se às novas realidades e superando os desafios impostos pelas reformas fiscais.

5 CONCLUSÃO

A análise da influência das políticas públicas voltadas para a qualificação profissional na geração de renda revela um complexo jogo entre as intenções das políticas sociais e os desafios impostos pelo neoliberalismo. Desde a implementação de programas como o Pronatec e o Programa Acessuas Trabalho, o objetivo tem sido promover a inserção no mercado de trabalho e

fomentar a autonomia econômica dos indivíduos. No entanto, é crucial entender como essas iniciativas se desenrolam no contexto mais amplo das políticas neoliberais que têm predominado no Brasil.

O neoliberalismo, com sua ênfase na redução dos gastos públicos e na minimização do papel do Estado, cria um ambiente hostil para políticas sociais robustas. As reformas neoliberais promovem um ajuste fiscal que reduz significativamente os investimentos em áreas essenciais, como a qualificação profissional e a assistência social. Isso ocorre em um cenário onde o Estado busca limitar seu papel, empurrando a responsabilidade para o mercado e a iniciativa privada. Neste contexto, as políticas de qualificação profissional enfrentam uma realidade marcada pela falta de recursos e pela necessidade de uma adaptação rápida às demandas do mercado, frequentemente sem a estrutura necessária para atender de maneira eficaz.

A qualificação profissional, embora fundamental para a geração de renda e para a promoção da inclusão social, muitas vezes se vê comprometida pela falta de continuidade e de suporte adequado. Programas como o Pronatec foram desenhados para oferecer oportunidades de capacitação, mas frequentemente enfrentam desafios relacionados à sua execução, como a insuficiência de recursos e a falta de articulação com o mercado de trabalho. Quando esses programas são reduzidos ou enfrentam cortes orçamentários, sua eficácia é seriamente prejudicada. Assim, o impacto positivo esperado na autonomia econômica dos indivíduos não se concretiza plenamente.

Adicionalmente, a inserção de políticas de qualificação profissional no atual contexto neoliberal pode criar uma falsa sensação de autonomia econômica. A promessa de geração de renda por meio de capacitação pode parecer um avanço, mas se não for acompanhada por um suporte estrutural adequado, como oportunidades de emprego estáveis e uma rede de proteção social, a precariedade e a instabilidade do mercado de trabalho podem anular os benefícios da qualificação. A "uberização" e a flexibilização do trabalho, evidenciam que, mesmo com qualificação, os trabalhadores podem enfrentar um mercado de trabalho altamente instável e desprovido de garantias.

Para superar esses desafios, é necessário que as políticas de qualificação profissional não apenas ofereçam treinamentos, mas também integrem estratégias mais amplas de inclusão econômica e social. Isso implica em uma abordagem mais holística que considere o suporte contínuo ao longo do ciclo de vida profissional, desde a formação até a inserção e progressão no mercado de trabalho. Além disso, deve haver uma articulação entre as políticas de qualificação e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

as iniciativas de economia solidária, para criar oportunidades de geração de renda que não dependam exclusivamente do mercado formal, que pode ser volátil e pouco inclusivo.

A integração das políticas de qualificação profissional com a assistência social deve também buscar o fortalecimento das redes de proteção social e uma ampliação do papel do Estado, contrastando com as práticas neoliberais que priorizam a contenção de gastos. A capacidade do Estado em prover uma base sólida de proteção social e apoio contínuo é fundamental para garantir que a qualificação profissional se traduza em reais oportunidades de geração de renda e inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. O mundo do trabalho na era da globalização. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). Análise da seguridade social: 2021. Brasília: Anfip, jun. 2022.

AZEVEDO, Darana Carvalho de. A materialização da política de assistência social: condições financeiras. Argum., Vitória, v. 16, n. 1, p. 159-172, jan./abr. 2024.

BEHRING, E. R. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória, 2018. v. 1, n. 1.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei do SUAS, Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

_____. Resolução CNAS nº 33/2011 (Programa ACESSUAS TRABALHO).

BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA. +Brasil Mais. 2023. Disponível em: [https://brasilmais.economia.gov.br/..](https://brasilmais.economia.gov.br/)

BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Ministério da Economia anuncia medidas para facilitar acesso de empreendedores ao crédito. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-economia-anuncia-medidas-para-facilitar-acesso-de-empresarios-ao-credito>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Ministério da Economia e Senai lançam programa de aprendizagem 4.0 para formar futura mão de obra da indústria. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-e-senai-lancam-programa-de-aprendizagem-4-0-para-formar-futura-mao-de-obra-da-industria>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SESAI lança projeto de incentivo ao primeiro emprego de indígenas. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/fevereiro/sesai-lanca-projeto-de-incentivo-ao-primeiro-emprego-de-indigenas>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Alimenta Brasil. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. Serviço Civil Voluntário. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/servico-civil-voluntario>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Auxílio Brasil. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. Programa Renda e Oportunidade. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/rendaeoportunidade>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa Investe Turismo. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/investe-turismo>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. A Retomada do Turismo. 2023. Disponível em: <https://retomada.turismo.gov.br/>.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Desproteção social: demanda reprimida do Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil (PAB). Brasília, 2022a. Estudos técnicos.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Cenário orçamento: Sistema Único de Assistência Social (Suas). Brasília, 2022b. Estudos técnicos. 18 Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 147(2), e-6628375, 2024

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). O desfinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o risco à sua sustentabilidade. Brasília, 2021. Estudos técnicos.

FAO et al. The state of food security and nutrition in the world 2023: urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum. Rome: FAO, 2023.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, p.15-47, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida. Editora CRV, 2017.

PAIVA, A. B et al. O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. Brasília: Ipea; 2016.

SPOSATI, Alda. Política de assistência social no Brasil: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. M. da. Assistência social no ajuste fiscal: pandemia e gestão da força de trabalho. Katálysis, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 139-148, jan./abr. 2023.